

## A LITERATURA INFANTO-JUVENIL COMO FACILITADORA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

Rosângela de Sousa Mencato<sup>1</sup>  
Patrícia Roberta da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Essa pesquisa participante surge da necessidade de encontrar recursos metodológicos e metodologias para o ensino de português para surdos por meio de uma proposta de “letramentos”. Com o objetivo de explorar e experimentar práticas de letramento visual, foram utilizadas e adaptadas ao contexto trabalhado obras dos autores Ana Maria Machado e Claudius Ceccon, convertendo-as em tecnologias assistivas para favorecer o ensino de Português como L2. Transformar as percepções visuais em objetos de estudo, dispondo de estratégias e práticas de leitura e escrita do que é visto, é um importante recurso que permeia todos os campos do conhecimento, desenvolvendo a comunicação e, conseqüentemente, a cognição. Para fundamentar esta pesquisa, utilizamos dados e observações de outros autores como: Andreis-Witkoski (2014); Faria (2011); Quadros (2006); Silva (2015); Pinheiro (2009); Silva (2018); Lebedeff (2017); entre outros.

**Palavras-chave:** Português; Segunda Língua; Libras; Acessibilidade; Letramento.

### 1. INTRODUÇÃO

O interesse nesta pesquisa surge da necessidade de encontrar recursos metodológicos e metodologias de ensino para o letramento de jovens alunos surdos de uma escola municipal da cidade de Alagoa Nova, no brejo Paraibano. Para fundamentar essa pesquisa, utilizamos dados e observações de autores como: Andreis-Witkoski (2014); Faria (2011); Quadros (2006); Silva (2015); Pinheiro (2009); Silva (2018); Lebedeff (2017); entre outros.

Ao longo dos anos, em que os jovens são atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF), acompanhamos de perto as dificuldades enfrentadas por eles (em suas salas regulares) para a aquisição do processo de letramento. É notável a falta de acessibilidade à informação e, conseqüentemente, aos gêneros textuais trabalhados em sala

---

<sup>1</sup>Universidade Federal da Paraíba, Mestrado Prof. em Linguística e Ensino – MPLE,  
[rosangela.mencato@academico.ufpb.br](mailto:rosangela.mencato@academico.ufpb.br);

<sup>2</sup>Universidade Federal da Paraíba, Mestrado Prof. em Linguística e Ensino – MPLE,  
[Prof.patriciaroberta@gmail.com](mailto:Prof.patriciaroberta@gmail.com);

de aula, proporcionada pela não utilização de uma metodologia focada exclusivamente no ensino de uma língua oral/auditiva e/ou na tradução de palavras (em Português) para sinais (em Libras), impossibilitando um processo de ensino bilíngue.

Segundo Andreis-Witkoski (2014, p. 43) “[...] o currículo de Língua de Sinais na Educação de Surdos ainda não contém programas estabelecidos, sendo que, na maioria das escolas, pensa-se que não é necessário o ensino sistemático da língua [...]”.

A aquisição social, cultural e cognitiva do indivíduo surdo ocorre por intermédio do conhecimento transmitido por meio do uso da língua visual/gestual (Língua de Sinais, que é sua L1). Entretanto, o Português deve ser ensinado, mas como uma segunda língua (L2 – na modalidade escrita), possibilitando ao surdo uma maior compreensão do que está sendo exposto. Levando isso em consideração, essa pesquisa desenvolveu um trabalho de literatura com obras dos autores Ana Maria Machado e Claudius Ceccon, preocupando-se em utilizar práticas pedagógicas de letramento visual que proporcionem a acessibilidade comunicacional dos alunos, perpassando pelo ensino das duas línguas (Libras e Português).

Este trabalho teve seus resultados apresentados na Semana da Leitura, elaborada em 2010 pela Secretaria Municipal de Educação. Essa Semana, que acontece anualmente entre os meses de outubro ou novembro, tem a **Jornada da Leitura** (criada pelo Instituto Alpargatas e pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec) como prêmio de incentivo à leitura e foi desenvolvida a partir do projeto **Ler: Prazer e Saber**. Esse projeto tinha a finalidade de criar uma proposta de ensino para trabalhar a leitura deleite/fruição/prazerosa nas escolas municipais, a fim de proporcionar aos alunos uma prática leitora. Depois de premiado, foi instituído pelo município por meio do Decreto-Lei de número 069, em 7 de outubro de 2010, passando a se chamar Semana da Leitura.

A partir desse pressuposto, o objetivo principal desta pesquisa é explorar, fazendo uso da literatura infanto-juvenil, metodologias de ensino de Português como segunda língua (L2) para surdos em quatro obras literárias de autores citados anteriormente. Isso dispendo de práticas de ensino bilíngue e letramento visual, de forma a priorizar o acesso à aprendizagem de forma significativa e funcional, tendo em vista que esses jovens não foram alfabetizados na idade certa e que os mesmos ainda não possuem proficiência na sua língua natural (Libras).

Pretende-se também utilizar práxis de ensino que contemplem uma proposta de letramento visual, pois, para o surdo, a habilidade de ler, traduzir, interpretar e entender a

informação apresentada ocorre por meio de imagens. Portanto, é necessário transformar as percepções visuais em objetos de estudo, dispondo de estratégias e práticas de leitura e escrita, desenvolvendo a comunicação e, conseqüentemente, a cognição do estudante.

Trabalhar com essa proposta de letramento favorece o direito de aprendizagem do surdo de desenvolver-se amparado por sua L1 (Libras). Direito este garantido pela legislação: Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146/2015 (Título III Acessibilidade – Capítulo I e Capítulo II); Lei 10.436/2002; Lei 12.319/2010, Decreto-Lei 5.626/2005; Lei 14.191/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 (inclui a educação bilíngue como uma modalidade de ensino independente) e garante a acessibilidade na comunicação dos surdos por meio de uma língua gestual/visual, que é a sua L1 (língua materna ou natural).

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Esta pesquisa participante, apresentada à comunidade escolar, foi fundamentada em pressupostos teóricos que têm significativa importância na definição e na construção acerca das práticas pedagógicas para o ensino de português como segunda língua (L2) para surdos. Para a realização desta, foi feito um trabalho com a comunidade surda do Município de Alagoa Nova (PB), na qual buscamos aplicar metodologias de ensino de Português como L2 (segunda língua) utilizando a literatura infanto-juvenil dos autores Ana Maria Machado e Claudius Ceccon, com o objetivo de explorar e experimentar práticas de letramento visual.

### **2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

Participou desta pesquisa a comunidade surda que era atendida na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Casa da Criança Menino Jesus, localizada na cidade de Alagoa Nova (PB), no ano de 2019.

### **2.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA**

Para o desenvolvimento deste trabalho, pesquisamos em bancos de dados textos que estimulassem a compreensão acerca da temática abordada. Dispomos, assim, de obras bibliográficas de fontes secundárias e terciárias que tratassem ou orientassem acerca de práticas pedagógicas voltadas para o ensino bilíngue de surdos por meio da literatura, favorecendo uma autonomia na análise dos resultados no decorrer do percurso do trabalho.

Essas fontes influenciaram na metodologia de ensino utilizada, em que as obras literárias foram adaptadas ao contexto trabalhado, transformando-se em tecnologias assistivas (TA) para favorecer o ensino de Português como L2 (segunda língua para surdos).

#### 2.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Diante da necessidade de promover para a comunidade surda o ensino de Português como uma segunda língua, realizamos as seguintes etapas: 1. Apresentação e interpretação das histórias (**Cabe na mala; Menino Poti; Tatu bobo e Camilão, o comilão**) em Libras para os alunos surdos; 2. Leitura das obras impressas em português; 3. Observação e reprodução das imagens, a partir das expressões visuais e corporais dos personagens; 4. Contação das histórias em Libras para a comunidade escolar; 5. Adaptação das histórias, utilizando a fonte Libras 2020 e o programa Paint, para transformar o texto escrito em tecnologias assistivas e favorecer o ensino do Português como L2 (segunda língua) para surdos; 6. Impressão e encadernação das histórias adaptadas; 7. Releitura da capa das histórias por meio da pintura em tela; e 8. Exposição dos livros adaptados e das telas na Semana da Leitura.

### 3. PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Na antiguidade, os surdos eram vistos como seres incapazes de aprender ou conviver em sociedade, pois tinha-se a concepção de que o pensamento não se desenvolvia sem a linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Com isso, os surdos eram isolados do convívio social e, durante muito tempo, excluídos, demonstrando que o problema, na verdade, não era a surdez, mas, sim, a “ausência da fala” (FARIA, 2011).

No ano de 1880, o congresso mundial de professores de surdos determinou a utilização do método oral puro sobre o uso de sinais, ocasionando uma polêmica entre professores ouvintes e surdos. Como consequência desse congresso, ocorreu a proibição do uso ou do ensino da língua de sinais, obrigando o surdo a aprender somente por meio do método oral. Com isso, foram mais de cem anos de práticas de ensino rigorosas, tradicionais e metódicas (FARIA *apud* MOURA, 2011).

Por meio de estudos realizados, no ano de 1960, William Stokoe comprovou que as línguas de sinais possuem uma estrutura gramatical diferenciada das línguas orais. Diante disso, com a existência dos dois modelos educacionais (oralismo e comunicação total), surge

o terceiro e mais adequado (bilinguismo). A educação de surdos pode ser resumida nestes três modelos filosóficos:

ORALISMO – [...] Métodos que apostam no treinamento da audição, como principal recurso para atingir o objetivo de oralizar o Surdo.

COMUNICAÇÃO TOTAL – [...] Defende o uso de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais [...]

BILINGUISMO – [...] Pode ser considerado como uso que as pessoas fazem de diferentes línguas em diferentes contextos sociais (FARIA, 2011, p. 31-32-33).

Na contemporaneidade no Brasil, o bilinguismo é garantido pelas seguintes legislações: Constituição Federal de 1988 (Artigos: 205, 206 e 208); LBI 13.146/2015 (Título III Acessibilidade – Capítulo I e Capítulo II); Lei 10.436 de 24/04/2002; Lei 12.319/2010, Decreto-Lei 5.626/2005, que garantem a acessibilidade na comunicação dos surdos por meio de sua L1 (língua materna ou natural); Resolução número 04 de 02 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE); e, atualmente, Lei 14.191/2021, que altera a LDB 9394/96 (inclui a educação bilíngue como uma modalidade de ensino independente).

No entanto, a sociedade ainda insiste em permanecer com uma visão “oralista”, historicamente baseada na antiguidade, a qual afirma que a única forma do surdo aprender é com práticas orais. Essa visão atrapalha o processo de aquisição da identidade do indivíduo dentro de uma comunidade surda e proporciona outras dificuldades de acessibilidade, como a falta de professores de Libras e intérpretes em ambientes sociais e escolares. Além disso, proporciona a não aquisição da Libras como L1 pelo Surdo, que torna possível sua comunicação e, posteriormente, sua alfabetização na idade correta. Apesar de todo o aparato legal, ocorrem ainda no Brasil práticas excludentes, inclusive no uso das metodologias de ensino bilíngue, pois estas, muitas vezes, não são implementadas de fato no âmbito escolar, sendo o indivíduo surdo, em boa parte dos casos, um mero “copista” na sala de aula.

#### **4. A METODOLOGIA DE ENSINO BILÍNGUE**

O método bilíngue deve apresentar aquilo que o identifica, o uso da língua de sinais e de uma didática que não a deixe longe daquilo que sabemos: o constitutivo do sujeito surdo, em seu operador totêmico, é o uso da visão e, com isto, a língua criada para este fim, a língua de sinais. Precisa ser, portanto, uma didática que leve à aprendizagem com o uso da visão [...] os surdos como leitores lêem o mundo a partir de suas possibilidades visuais e daí aprendem (ANDREIS-WITKOSKI, 2014, p. 229-231).

Partindo deste pressuposto, é a metodologia de ensino bilíngue a mais adequada proposta educacional, pois os alunos irão aprender sua língua materna e, simultaneamente, a língua portuguesa (como L2 na modalidade escrita). No entanto, esse ensino precisa ser realizado dentro da perspectiva de letramento, ou seja, de forma contextualizada. Dispor de obras de literatura é um caminho assertivo para esse ensino. Sendo assim,

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da co-existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim, tornar possível a co-existência dessas línguas reconhecendo-as de fato atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda que se está formando (QUADROS, 2006, p. 13).

Nessa perspectiva, a educação bilíngue para surdos precisa estar fundamentada numa proposta metodológica que disponha dos múltiplos letramentos, proporcionando ao surdo um ensino pautado em gêneros textuais e literários, e não somente na relação entre sinais em Libras e palavras escritas em Português. Se esses gêneros forem provenientes das comunidades surdas, essa aprendizagem torna-se muito mais significativa para o aluno.

Segundo Quadros (2006), as comunidades surdas possuem inúmeras histórias naturais que podem ser trabalhadas no contexto escolar, sendo estas um importante recurso de letramento que irá favorecer uma prática metodológica pautada no modelo filosófico bilíngue, visto que: “Os alunos surdos precisam tornar-se leitores na língua de sinais para se tornarem leitores na língua portuguesa” (QUADROS, 2006, p. 26). Sendo um importante recurso metodológico para a formação cultural e identitária do surdo. Mas, para isso, a autora afirma ainda que devemos considerar:

O processamento cognitivo espacial especializado dos surdos; O potencial das relações visuais estabelecidas pelos surdos; A possibilidade de transferência da língua de sinais para o português; As diferenças nas modalidades das línguas no processo educacional; As diferenças dos papéis sociais e acadêmicos cumpridos por cada língua; As diferenças entre as relações que a comunidade surda estabelece com a escrita tendo em vista sua cultura; Um sistema de escrita alfabética diferente do sistema de escrita das línguas de sinais; A existência do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras usadas na escrita do português (QUADROS, 2006, p. 32-33).

Portanto, pegar todas as produções culturais produzidas pelos surdos e transformá-las em instrumento e objeto de estudo dentro das escolas é o ponto de partida para promover o desenvolvimento de práticas de alfabetização e letramento, garantindo a formação da identidade dos surdos. Porém, essa prática precisa ser efetivada por meio das políticas públicas de inclusão em vigor, pois:

No contexto da educação bilíngue na contemporaneidade, a educação literária do aluno surdo passa a ser pensada e praticada sistematicamente na escola de ensino regular. É nesse espaço que ele começa a ter contato com obras literárias (a maioria impressas) e a participar de práticas de leituras voltadas à interpretação de textos, à leitura e à escrita em português, à fruição, dentre outros. O contato com obras literárias em Libras também pode ocorrer na escola, porém torna-se dependente de alguns fatores como: recursos tecnológicos (TV, aparelho de DVD, computador, acesso à internet, DVDs em Libras de gêneros literários diversos), intérpretes e professores fluentes em Libras, evidenciando que a educação literária na própria língua de sinais para o surdo ainda é precária e carece de investimentos contínuos para que ocorra em condições de acesso análogas às disponíveis aos ouvintes (SILVA, 2015, *on-line*).

Sendo assim, uma das formas de se efetivar o ensino de literatura surda na escola é por meio da readaptação do currículo escolar, de maneira que a escola priorize o ensino bilíngue com conteúdos e regionalismos culturais e linguísticos das comunidades surdas, dispondo, assim, de um currículo multicultural e inclusivo.

#### **4.1 O ensino de português para surdos por meio de práticas de letramentos**

O letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever não apenas incorporado a práticas de codificação ou decodificação, como acontece no processo de alfabetização, mas, sim, utilizando e dispondo dessas habilidades em práticas sociais cotidianas de cada indivíduo.

O letramento visual é a habilidade de ler, interpretar e entender a informação apresentada em imagens, transformando as percepções visuais em objetos de estudo. Para isso, é necessário dispor de estratégias e práticas de leitura e escrita do que é visto, a fim de que o indivíduo surdo possa utilizar a imagem adequadamente como recurso cultural que permeia todos os campos do conhecimento, desenvolvendo a comunicação e, conseqüentemente, a cognição. Pois, dessa forma:

Os alunos surdos exploram as imagens ricamente expressivas e captam o desenho, revelando a capacidade de congelar a expressão facial e corporal dos personagens, de modo a refazê-la com precisão. [...] Os alunos surdos assistem e mostram-se rigorosos na seleção e refazimento de suas caracterizações de personagem [...] (LEBEDEFF, 2017, p. 42).

Nessa perspectiva, os surdos têm, na experiência visual, um canal ou um sistema representativo pelo qual podem aprender, desenvolver-se e expressar-se por meio do uso de sua língua natural (Libras). Os surdos que não têm contato com outros surdos não formam uma identidade e, conseqüentemente, não aprendem a Libras e os valores culturais agregados ao seu uso.

Portanto, a ausência do uso da Libras e suas experiências visuais pode impactar negativamente na formação identitária do surdo. O indivíduo possui uma linguagem primitiva, com expressões gestuais caseiras e precárias gramaticalmente, que nem sempre expressam aquilo que ele deseja relatar. Com isso, um currículo de ensino que contemple práticas de letramento visual, com atividades que trabalhem gêneros textuais ou literários, sendo estes provenientes ou não das comunidades surdas, promove um ensino bilíngue para alunos surdos, deixando-os incluídos num contexto cultural letrado.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

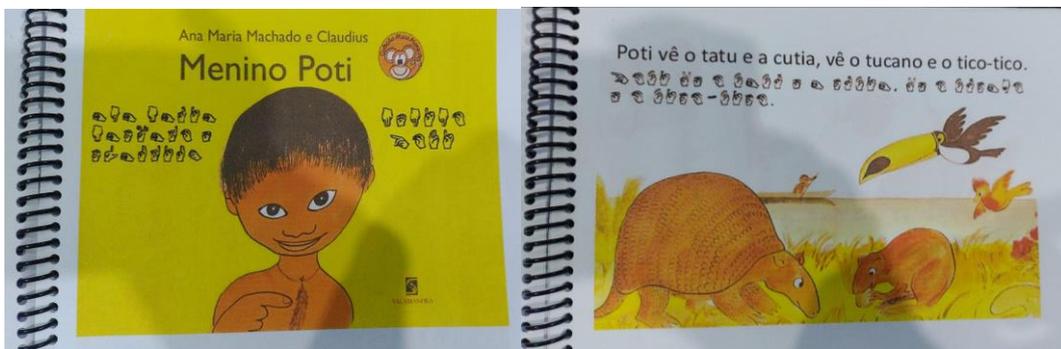
Neste trabalho, realizamos adaptações nas obras listadas abaixo, transformando-as em tecnologias assistivas para favorecer o ensino do Português como L2 (segunda língua) para surdos, dispondo de práticas de letramento visual. Esta é uma proposta de trabalho de leitura deleite, foi apresentado na Semana da Leitura (instituída pelo Decreto-Lei de número 069 em 7 de outubro de 2010), que aconteceria entre os meses de outubro ou novembro no município onde foi realizada esta pesquisa.

**Tabela 1 – Obras trabalhadas e adaptadas em TA**

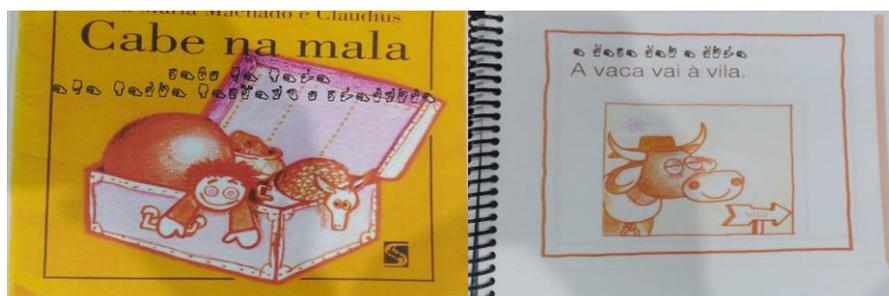
REFERÊNCIAS
1. MACHADO, Ana Maria; CECCON, Claudius. <b>Cabe na Mala</b> . 21 <sup>o</sup> Impressão. São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Mico Maneco, 1983 a 1988.
2. MACHADO, Ana Maria; CECCON, Claudius. <b>Menino Poti</b> . Vol. 1. 1 <sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Mico Maneco, 1983 a 1988.
3. MACHADO, Ana Maria; CECCON, Claudius. <b>Tatu Bobo</b> . São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Mico Maneco, 1983 a 1988.
4. MACHADO, Ana Maria. <b>Camilão, o Comilão</b> . São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Batutinha, 1977.

Após um estudo bibliográfico sobre os autores, iniciamos o processo de interpretação das obras por meio das contações das histórias interpretadas em Libras para os surdos, que, em seguida, realizaram o reconto em língua de sinais para a comunidade escolar, por meio da leitura e interpretação das ilustrações dos livros. Em sequência, e com a finalidade de trabalhar o ensino de português na modalidade escrita, iniciamos o processo tradutório das obras, fazendo uso inicialmente da fonte (letra) Libras 2020. Isso proporcionou trabalhar,

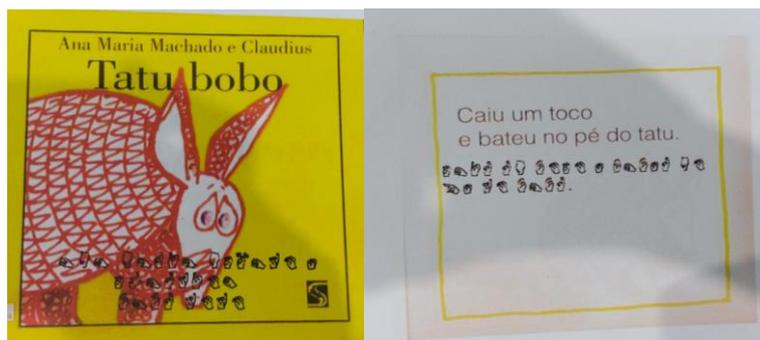
além do processo de tradução das histórias, o uso de ferramentas e *softwares* de formatação de imagens, construindo livros adaptados em que os textos eram apresentados em português e com o recurso do alfabeto manual em Libras, como pode ser constatado nas imagens abaixo.



Imagens: Livro **Menino Poti**, adaptado pelos surdos com utilização da fonte Libras 2020 no programa Paint.



Imagens: Livro **Cabe na mala**, adaptado pelos surdos com utilização da fonte Libras 2020 no programa Paint.



Imagens: Livro **Tatu bobo**, adaptado pelos surdos com utilização da fonte Libras 2020 no programa Paint.



Imagens: Livro **Camilão, o comilão**, adaptado pelos surdos com utilização da fonte Libras 2020 no programa Paint.

Como uma proposta também de letramento visual, os alunos iniciaram o trabalho de releitura das capas dessas obras por meio da pintura de telas, trabalho este que também foi exposto durante toda a Semana de Leitura municipal. Registros fotográficos abaixo.



Imagens: Representação da capa das obras de Ana Maria Machado e Claudius Ceccon, na exposição da Semana da Leitura.

As metodologias expostas acima são apenas alguns dos instrumentos utilizados no processo de letramento visual desses alunos. Buscou-se, por meio delas, associar a língua de sinais à Língua Portuguesa, em busca de uma metodologia de ensino bilíngue que auxilie o processo de alfabetização dentro de um contexto, perpassando sobre o ensino e a aprendizagem das duas línguas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o intuito de abordar o ensino do Português como segunda língua para surdos por meio da utilização de obras literárias, incentivando o letramento dos envolvidos e buscando práticas que levassem à interação dos sujeitos dentro de uma metodologia bilíngue. Isso porque o letramento dos surdos ocorre a partir de um discurso voltado para diferentes práxis visuais que possibilitem de fato a aprendizagem de uma segunda língua (L2).

Dessa maneira, a pessoa surda precisa ter contato com a língua de sinais. É por meio de práticas de letramento visual que são construídas aprendizagens significativas. Para isso, devemos propor aos alunos materiais impressos em que a imagem, a escrita (em Português) e a sinalização (em Libras) estejam presentes, pois isso contribui para o processo de ensino-aprendizagem do Português como L2.

Portanto, com o objetivo de explorar, com auxílio da literatura infanto-juvenil, metodologias de ensino de Português como segunda língua (L2) para surdos nas obras dos autores Ana Maria Machado e Claudius Ceccon, apresentamos nesta pesquisa práticas de ensino bilíngue. Por meio de atividades de letramento visual, desenvolvemos uma proposta que contemplou a habilidade de ler, traduzir, interpretar e entender a informação apresentada por meio de imagens. Vale salientar que transformar as percepções visuais em objetos de estudo, dispondo de estratégias e práticas de leitura e escrita do que é visto, é um importante recurso que permeia todos os campos de conhecimento, desenvolvendo a comunicação e, conseqüentemente, a cognição.

## REFERÊNCIAS

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia [et al.] (Organizadoras). **Educação de Surdos em debate**. 1º Edição. Curitiba: Editora UTFPR, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 5626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o Art. 18 da Lei n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Regulamenta e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário oficial da união**. Brasília – DF, 24 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Lei n.º 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário oficial da união**. Brasília – DF, 03 ago. 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão – LBI e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF, 01 set. 2010. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FARIA, Evangelina Maria Brito de (Organizadoras) [et al.] e DONATO, Adriana DI [et al.]. **Libras**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GRANDO, Katlen Böhm. O letramento a partir de uma perspectiva teórica: Origem do termo, conceituação e relações com a escolarização. In: **IX ANPED SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL**, 2012. Disponível em: <<https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=659>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. Aprendendo a ler “com outros olhos”: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [36]: 175 - 195, maio/agosto 2001. Aula 03 – letramento. Disponível em: <<https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=659>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. **Letramento Visual e Surdez**. [et al.]. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

MACHADO, Ana Maria; CECCON, Claudius. **Cabe na Mala**. 21ª Impressão. São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Mico Maneco, 1983 a 1988.

MACHADO, Ana Maria; CECCON, Claudius. **Menino Poti**. Vol. 1. 1ª edição. São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Mico Maneco, 1983 a 1988.

MACHADO, Ana Maria; CECCON, Claudius. **Tatu Bobo**. São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Mico Maneco, 1983 a 1988.

MACHADO, Ana Maria. **Camilão, o Comilão**. São Paulo: Editora Salamandra, Coleção Batutinha, 1977.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar Português para Surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SILVA, Arlene Batista da. **Literatura em Libras e Educação Literária de Surdos: Um Estudo da Coleção “Educação Literária” e de Vídeos Literários em Libras Compartilhados na Internet**. Tese de Doutorado em Letras (UFES): Vitória, 2015. Disponível em:  
<[http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3185/1/tese\\_8981\\_TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3185/1/tese_8981_TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2018.

SILVA, Ivani Rodrigues; SILVA, Marília P. Marinho. **Letramento na Diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.